

**MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA**

CLASSE DE LETRAS

**Bartolomeu Fragoso
Primeiro poeta do Brasil**

JOSÉ PAULO CAVALCANTI



**ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA**

LISBOA • 2024

Título: Bartolomeu Fragoso – Primeiro poeta do Brasil

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Data de edição: 2024

DOI: <https://doi.org/10.58164/bpay-g702>

Bartolomeu Fragoso – Primeiro poeta do Brasil

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

*“Ó mar, ó Céu, ó minha escura sorte!
Que pena sentirei, que valha tanto,
Que inda tenho por pouco o viver triste?”*

Soneto 101, Camões

1. INTRODUÇÃO

“As Academias precisam de antiguidade”, lembrou Joaquim Nabuco em seu Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras. De antiguidade e tradição. Como temos nesta Casa fundada em 1779, por D. Maria I e D. Pedro III, como Academia Real das Ciências de Lisboa, e que, desde então, dedica-se à partilha de conhecimentos no campo das ciências e das humanidades. Tinha então, como presidente, o segundo Duque de Lafões, e, Secretário, o Abade Correia da Serra. Deixando sua primeira sede, no Paço das Necessidades, para se instalar, hoje, nesse antigo e magnífico Convento de Nossa Senhora de Jesus, da Ordem Terceira de São Francisco, no Bairro Alto de Lisboa. Em travessa, depois Rua do Arco a Jesus¹; desde 1924, Rua da Academia das Ciências 19.

É uma honra enorme fazer parte desta Academia das Ciências de Lisboa, denominação que passou a ter com a República. Agradeço aos agora confrades e o faço na figura de dois personagens relevantes. Um, representando a direção, presidente da Casa e de sua classe de Letras, o Prof. Dr. José Luís Cardoso, tão generoso nesta acolhida. E outro, representando seus membros, o ilustre acadêmico António Valdemar, símbolo da cultura portuguesa, inclusive por seu trabalho incansável de aproximar as duas academias, esta e a Brasileira de Letras, onde tenho a honra de ocupar a cadeira 39 — que tem como patrono um personagem familiar a Portugal, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. A todos, e a cada um, muito obrigado.

¹ Para muitos, ainda hoje, Rua do Arco do Marquês (em homenagem a Pombal).

Nesta primeira comunicação à Academia, que agora faço, o intento é corrigir um equívoco que se disseminou, ao longo do tempo, de considerar Bento Teixeira o primeiro poeta do Brasil. Quando, mais justamente, essa primazia deve caber a outro poeta, (quase) desconhecido até aqui, Bartolomeu Fragoso.

2. UMA LITERATURA BRASILEIRA

O início da história literária brasileira foi marcado por não haver ainda, naquele tempo distante, escritores aqui nascidos. Considerados precursores pela crítica, neste contexto, aqueles que escreveram seus livros no Brasil (independentemente das línguas em que o fizeram). Capistrano de Abreu (*Tratado da Terra do Brasil e história da Província de Santa Cruz*) definiu esses primórdios como um “país descrito por viajantes estrangeiros e moradores mais ou menos incertos de sua permanência na terra, também estrangeiros”. Daniel Fernando Gruber (*Entrelaço*) até dizia que essa literatura não seria “brasileira, mas luso-brasileira”. Enquanto, para Antônio Houaiss (*O português do Brasil, pequena enciclopédia da cultura brasileira*), “até 1822, toda nossa literatura é uma literatura portuguesa do Brasil”. Feita de prosadores, apenas, assim foram nossos primeiros escritores. Como Pero Lopes de Sousa, fidalgo e navegador português de Lisboa, que recebeu as capitânicas de Itamaracá, Santana e Santo Amaro por expulsar os franceses do mar de Pernambuco. É autor de um *Diário da navegação*, mais importante relato sobre a expedição do irmão Martim Afonso de Sousa, quando veio ao Brasil, em 1530. Com reconstituição da história de Pernambuco e narrações detalhadas sobre a fundação do Vale de São Vicente e Piratininga; bem como sobre os descobrimentos da Ilha de Fernando de Noronha, do Rio de Janeiro e do Rio da Prata. Importante, neste último caso, por conta do Tratado de Tordesilhas (1494) — para compreender a disputa, entre Portugal e Espanha, pelo controle de seu estuário. Livro descoberto e publicado, em 1839, pelo historiador, diplomata, engenheiro e militar brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro e patrono da Cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras.

Ou Pêro de Magalhães Gândavo, português de Braga, filho de pais flamengos da região de Gand (origem do seu nome de família). Historiador, moço de câmara de Dom Sebastião, secretário da Torre do Tombo, professor de línguas (latim e português), que andou por aqui entre 1558 e 1572. Foi autor de nosso primeiro manual ortográfico, *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua*

portuguesa; e de nosso primeiro livro de história, o *Tratado da província do Brasil*. Também dele é *Tratado da Terra do Brasil* em que declarou ser Olinda o local mais rico da colônia; descreveu nossas plantas, com destaque para a mandioca; e nossa fauna (aves, insetos, peixes, animais, como o tatu e o papa-formigas), por vezes com excessos de imaginação — inclusive ao narrar a descoberta de um suposto monstro marinho que teria sido morto na capitania de São Vicente. Reunidos mais tarde esses dois últimos livros, em edição de António Gonçalves (Lisboa, 1576), no famoso *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*.

Ou Gabriel Soares de Sousa, nascido em Portugal (sem que se saiba, exatamente, o local), que esteve no Brasil entre 1565 e 1584. Proprietário de um engenho de açúcar e vereador da Câmara de São Salvador, é autor de *Notícias do Brasil*, também conhecido como *Tratado descritivo do Brasil*. Um livro que fala de nossas terras e relata as aventuras do autor na busca por recursos para localizar minas, de um irmão, no sertão do São Francisco. Também descoberto esse livro por Varnhagen, em 1887.

Ou Fernão Cardim, português de Viana do Castelo, padre jesuíta e secretário de um Visitador Provincial da Companhia de Jesus, que viajou por regiões hoje correspondentes aos estados de Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo. E acabou reitor de colégio religioso, na Bahia. Aprisionado quando voltava para Portugal, pelo corsário inglês Sir Francis Drake², só bem mais tarde acabou libertado. É autor de dois tratados escritos nos anos 1580, confiscados pelos ingleses e publicados em Londres em 1625, *Do clima e terra do Brasil* e *Do princípio e origem dos índios do Brasil*; ainda outro, mais tarde, *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*. Posteriormente unificados esses livros, em 1847, para formar o consagrado *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Ou, estes dois autores com textos específicos sobre Pernambuco, Hans Staden, mercenário alemão que, por duas vezes, esteve no Brasil, desembarcando sempre no porto do Recife, aqui vindo para transportar degredados portugueses e recolher pau-brasil. Capturado por indígenas da tribo Tupinambá, reportou combates de que participou nas capitanias de São Vicente e Pernambuco, contra os franceses, em *Dois viagens ao Brasil*, livro publicado em 1557 que acabou grande sucesso de vendas.

² Navegador a serviço da rainha Elizabeth I.

E Anthony Knivet, jovem corsário inglês que morou com indígenas da tribo Tupi e foi escravo numa plantação de açúcar em Santos. Perseguido pela Coroa portuguesa, refugiou-se no Oeste da África (Angola e Congo). Extraditado para o Brasil, em 1601, mais tarde acabou voltando à Grã-Bretanha, quando narrou seus feitos, em 1625, relatando inacreditáveis acontecimentos no seu *As admiráveis aventuras e os estranhos infortúnios do mestre Anthony Knivet*.

Sem esquecer aquele que vem sendo considerado primeiro poeta do Brasil, até agora.

3. BENTO TEIXEIRA

Bento Teixeira Pinto nasceu no Porto, em 1561, como atestado por Rodolfo Garcia (cadeira 39 da ABL); ao declarar ter sido assim confessado, pelo próprio, em um Auto de Fé com registros da *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*, mais conhecido como *Denúncias de Pernambuco*. Era filho de Manuel Álvares de Barros e Lianor Rodrigues, ambos criptojudeus³. Com a família veio ao Brasil, em 1567, para morar em São Salvador, Baía, onde estudou no Colégio Jesuíta e frequentou o Seminário Católico. Mas a paz em sua vida logo iria findar. Que, morrendo seus pais, mudou-se para a Capitania de Ilhéus, onde mais facilmente conseguiria sobreviver.

Nesse novo paradeiro casou-se, em 1584, com Filipa Raposa, que tinha só 14 anos e era quase uma menina. Ocorre que a relação entre os dois jamais andou bem. Não pela diferença nas idades, para aquele tempo até normal, de só nove anos. Provavelmente, por conta dos temperamentos, que o casal sequer se conhecia quando ocorreu esse casamento. E logo foi acusado por ela, perante a Inquisição, de ser judeu. Um crime do qual restou absolvido, em 1589, pelo Ouvidor da Vara Eclesiástica⁴.

Mudando para a Capitania de Pernambuco, aqui passou a ganhar a vida como professor de aritmética, gramática e latim. Ocorre que sua mulher era demasiado fgoza, sempre em busca de outras carnes, razão pela qual decidiu ir morar longe da capital, no Cabo de Santo Agostinho. Aquele mesmo que Vicente Yáñez Pinzón

³ Praticantes da religião judaica em segredo, por receio das perseguições religiosas.

⁴ Mais tarde, já na prisão em Lisboa, acabou confessando ser mesmo seguidor da religião judaica e assumiu ser cristão-novo.

batizou, em 26 de janeiro de 1500, como Cabo de Santa Maria de la Consolación⁵; na esperança de que lá sossegasse, por ser local de poucos brancos. Estava enganado. Que ela diria como Pessoa, se o tivesse conhecido, “Meu coração é um almirante louco/Que abandonou a profissão do mar” (*The mad fiddler*). E logo o traiu com ninguém menos que o vigário local, padre Duarte Pereira — descrito, nas crônicas da época, como um *pároco facinoroso*.

Foi demais, para ele. Quando se inteirou do fato, em 1595, enfiou uma faca na barriga da pobre mulher. Para defender sua honra, depois alegou. E a viu agonizar, em sua frente, por dois dias. Para escapar das forças policiais refugiou-se no Mosteiro de São Bento, em Olinda, onde começou a escrever sua única obra, que dá início a um ainda insipiente Movimento Barroco no Brasil, a *Prosopopeia*⁶.

São 94 estrofes de oitavas heroicas, em versos camonianos (752, contra os 8.816 de *Os Lusíadas*), contando a trajetória do capitão Jorge de Albuquerque Coelho — filho mais velho de Duarte Coelho (mãe foi Brites⁷ de Albuquerque), donatário da Capitania de Pernambuco. Morrendo seu pai, em 1554, voltou Jorge à terra em que nasceu, Olinda, para ser governador de Pernambuco. Por esse poema, ficamos sabendo que a nau Santo António, na qual Jorge e seu irmão Duarte iam ao encontro de Dom Sebastião, foi abordada por piratas franceses, enfrentou dura tempestade e ficou à deriva, sem água nem alimentos⁸. Mas conseguiram sobreviver, Deus assim quis.

Mais tarde, os irmãos tiveram por Bento celebrados seus feitos, em Alcácer-Quibir, ao lado de Dom Sebastião e seu séquito de “aventureiros, devassos,

⁵ Ao chegar, disse “Este é o lugar de mais luz da Terra”, como registrado pelos cronistas (historiadores) Pietro Martire D’Anghiera e Bartolomeu de Las Casas, e tudo bem antes de 22 de abril de 1500 — quando, segundo nossos livros de história, Cabral *descobriu o Brasil*. Trata-se da primeira viagem, a nosso país, documentalmente comprovada.

⁶ Ao longo dos tempos, também foram atribuídos a Bento Teixeira: *Relações do naufrágio*, em verdade, escrito por Afonso Luís — um dos pilotos (junto com António de Castro) da *Santo António*, nau citada no poema de Bento; e *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, um livro presuntivamente escrito no início do século XVII; com originais descobertos em 1874, na biblioteca de Leida (Holanda), e que acabou publicado só em 1930, pela ABL, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia. Com autorias, nos dois casos, também definidas por Varnhagen.

⁷ Em português de hoje, *Beatriz*.

⁸ Esse episódio, descrito na *Prosopopeia*, deu origem à célebre cantiga *Nau Catarineta*, com numerosas versões (só Teófilo Braga recolheu 12 delas). E está na *Ode marítima*, de Pessoa, “Lá vai a Nau Catrineta/Por sobre as águas do Mar...”.

pedintes, temerários e vaidosos”, palavras do historiador Oliveira Martins (*História de Portugal*). Uma batalha que se deu no coração do Marrocos, em 04 de agosto de 1578, às vésperas do Dia de Nossa Senhora das Neves. Ksar-el-Kébir, na língua árabe, quer dizer *Grande Castelo*.

Bento Teixeira foi preso no mesmo ano do seu crime, logo sendo transferido para Lisboa. Condenado à prisão perpétua, na cela permaneceu até a morte em 1600 (provavelmente). Seu livro acabou publicado em Portugal, por volta de 1601, pelo editor António Alvares. E foi mais tarde novamente editado por Álvaro Pinto (*Annuário do Brasil*), agora com prefácio de Afrânio Peixoto e sob responsabilidade da ABL, em 1923. Desprovido de maiores méritos literários, e mesmo sem relações expressivas com nossa terra, é lembrado somente por conta do seu significado histórico.

Bento Teixeira e Bartolomeu Fragoso têm trajetórias com alguns pontos em comum. Ambos sofreram dois processos. Dos primeiros, na Inquisição, foram absolvidos por falta de provas ou depoimentos que os pudessem incriminar. Bento, acusado de ser cristão-novo. Bartolomeu, pelo crime de leitura proibida. E seriam, depois, novamente processados. Bento, preso pela Justiça Secular da Coroa por ter assassinado a esposa, como vimos, acabou encontrando seu fim na prisão. Enquanto Bartolomeu, acusado de heresia, sofreu nas mãos do Santo Ofício e findou seus dias como degredado.

4. BARTOLOMEU FRAGOSO

Bartolomeu Fragoso nasceu em 1566 numa Lisboa que logo passaria, em 1580, às mãos espanholas de Filipe II⁹. E cresceu no seu mais concorrido logradouro público, uma espécie da Rua Garrett daquele tempo, a Rua Nova dos Ferros — também conhecida como Nova d’El Rei e, em sequência, da Madalena. Correspondia, na geografia da cidade, à hoje Rua da Conceição.

Era essa a rua, vênia para breve homenagem ao poeta Fernando Pessoa, em que ficava a tabacaria da *Tabacaria*, números 63/65, a Havaneza dos Retroseiros. Em frente à Casa Moitinho de Almeida & Cia. Comissões¹⁰, onde trabalhava o

⁹ Em Portugal, Filipe I. Reproduzindo essa falta de simetria, no Brasil, tivemos D. Pedro I que, em Portugal, era Pedro IV.

¹⁰ Fundada em 1790, por Lucas Xavier Ferreira, como uma ourivesaria. Ainda que mudando de ramo, instalada no mesmo endereço da época, Rua da Prata 62-69-71.

poeta e foi escrito o poema; utilizando, para isso, a máquina de escrever (então ainda raras e muito caras para seus poucos recursos) do patrão, Carlos Eugênio Moitinho de Almeida. Na *mansarda* que ocupava no segundo andar do imóvel. “Mas sou, e talvez serei sempre, o da mansarda,/ Ainda que não more nela”, como ele próprio confessa nos versos — posto morar na Rua Coelho de Rocha 16, em Campo de Ourique.



Figura 1. Rua Nova dos Ferros, Lisboa.

À frente dessa tabacaria, dois amigos se encontram. O primeiro, “Esteves”, nome completo Joaquim Esteves, vizinho que frequentava a casa da família e morava bem próximo, na Rua Saraiva de Carvalho, 200. Um anônimo, desses tantos que passam pela vida e não deixam maiores registros. “Sem metafísica”, como a ele se referem os versos. Mas tão íntimo (“Ah! conheço-o”, confessa Pessoa no próprio poema) que, atendendo a família, foi declarante no Assento (Atestado) de Óbito do próprio Pessoa — número 1.609, hoje na 7.^a Conservatória do Registro Civil de Lisboa. Tratava-se, assim está no *Desassossego*, de um “velhote redondo e corado, de charuto, à porta da tabacaria”.

O outro, “Dono da tabacaria” (sem nome citado no poema), era Manuel Alves Rodrigues — um cavalheiro magro, com bigodes retorcidos de volta inteira, barbiga no queixo (conhecida como *pera*) e cabelo (bem à moda na época) apartado ao meio. Usava colarinho gomado de pontas redondas e laço, caindo à *Lavallière*,

como um colar. Descrito este, igualmente no *Desassossego*, como o “dono pálido da Tabacaria”. E morreu cedo, era mesmo previsível pela cor de sua pele (sugerindo alguma doença). Pessoa lembra dele com saudade:

*Cruz na porta da tabacaria!
 Quem morreu? O próprio Alves?¹¹
 Dou ao diabo o bem-estar que trazia.
 Desde ontem a cidade mudou.
 Quem era? Ora era quem eu via
 Todos os dias o via.
 (...)
 Ele era o dono da tabacaria
 Um ponto de referência de quem sou.*

Sem título (14/10/1930), Álvaro de Campos.

5. O TERREMOTO DE 1755

Voltando a Bartolomeu Fragoso. A localização de sua primeira morada, Rua Nova dos Ferros, pode-se comprovar por lá existir, ainda hoje, a pequena igreja de Nossa Senhora da Oliveira — com três naves e fundada, em 949, por Mumadona Dias¹². Uma das poucas que sobreviveram ao maior terremoto já visto naquelas paragens, de primeiro de novembro de 1755, no Dia de Todos os Santos, pouco depois das 9h30 da manhã. Violentíssimo e inusualmente longo — em vez de um ou dois minutos dos anteriores, esse tremor se deu por mais de sete minutos, sendo sentido em alguns locais por duas horas e meia. Ao maremoto que começou meia hora depois, nas costas marroquinas, com ondas de 30 metros de altura, ao chegar a Lisboa com cerca de seis metros ainda. Joaquim José Moreira de Mendonça (*História universal dos terremotos*) definiu a cena como um “espanto das águas”. E, na sequência, aos muitos incêndios que consumiram tudo que restou do centro da capital portuguesa, a Baixa — por conta dos fogões acesos nas casas como de lustres, candelabros e archotes¹³ nos interiores das igrejas.

¹¹ Manuel *Alves* Rodrigues, o único Alves sócio entre as 80 tabacarias então funcionando na Lisboa daquele tempo.

¹² Condessa do Condado Portucalense e mulher mais poderosa, na época, dessa área da Península Ibérica.

¹³ Madeiras com extremidades inflamáveis.

Um fogo que durou, pelo menos, cinco dias. Alcançando, inclusive, a Livraria de Sua Majestade com os muitos manuscritos que tinha, originais antigos e pinturas de Corregio, Rubens e Ticiano; a recém-construída Casa da Ópera; ou o Hospital Real de Todos os Santos, onde centenas de pacientes morreram queimados. Como se Deus não se importasse com a cidade, poupando a rua dos bordêis enquanto destruía dezenas de templos erguidos em seu louvor. Tudo numa cidade decididamente cristã, governada por D. José I de Portugal e Algarves, um monarca fidelíssimo à Divina Providência.

6. O HISTÓRICO DE BARTOLOMEU FRAGOSO

Bartolomeu Fragoso era filho de Amador Fernandes, natural de Pias, arredores de Tomar; alfaiate, irmão na prestigiada Confraria da Misericórdia e Escrivão de Mestres e Ofícios na Câmara de Lisboa. Mãe foi a doméstica lisboeta Vitória Fragoso. Entre parentes conhecidos se contam Marquesa Rodrigues, avó materna, de Lisboa; e duas tias maternas — Adriana Dias, viúva de um sombreireiro; e Margarida da Costa, mulher de um sapateiro. Importante para ele foi, também, um tio paterno, que exerceu influência determinante no seu destino, Gaspar Fernandes, rendeiro de um engenho de açúcar em São Salvador. Junto a este vivia um irmão, solteiro, Manuel da Fonseca. Com certeza, o pequeno Bartolomeu veio ao Brasil com a promessa de ficar sob proteção desse tio Gaspar, na Capitania da Baía, para cursar Artes e iniciar vida eclesiástica.

Ao encontro deles, viajou Bartolomeu em nau do velho marinheiro Gil Rodrigues, morador da Terceira¹⁴. E acabaram todos chegando, sãos e salvos, às costas do Brasil. Não sem atropelos. Ele próprio declarou depois, ao Santo Ofício, “Tinha 13 anos e estava-se em 1579. Quando se encontravam a 30 léguas da Ilha do Fogo¹⁵, foi o navio tomado por (corsários) franceses luteranos de La Rochelle, com os quais navegou de 30 a 40 dias”. Em outra passagem “Todos os dias, junto da bita da nau¹⁶, pela manhã e à tarde, a tripulação fazia orações luteranas a que chamavam *peche*¹⁷. Rezavam sentados em voz entoada e, no

¹⁴ Uma das nove ilhas dos Açores, no início conhecida como *Ilha de Nosso Senhor Jesus Cristo das Terceiras*.

¹⁵ Iha Grande da Terra do Fogo, em Cabo Verde.

¹⁶ Base de madeira em que se amarravam cordas que prendiam as caravelas aos portos.

¹⁷ Literalmente, algo como *pesca*. No caso, uma espécie de reza.

credo, mencionavam sua rainha luterana¹⁸. Junto da bitácula¹⁹, ficavam dois marinheiros de joelhos, desbarretados como todos os outros, lendo um livro. Cantavam eles e os outros respondiam. Não havia, no local, retábulo²⁰, nem imagens de Deus ou santo algum”.

A tripulação portuguesa era obrigada a subir e assistir à *peche* com orações luteranas rezadas em francês e latim. “Inclusive Gil Rodrigues e seu irmão mais velho, João de Figueiredo, também da Terceira”. Sentado em meio a todos ficava Bartolomeu que, ainda jovem e por não ter sido criado em crenças luteranas, rezava orações católicas. Mesmo se declarando “constrangido por estar em meio a tantos que tinham outra religião” — assim declarou, ao Santo Ofício, em processo mais tarde contra ele instaurado.

Passam-se 12 anos e Bartolomeu Frago, depois de se licenciar em Filosofia pelo Colégio de São Salvador, é já mestre em Artes. Vestia o hábito da Companhia de Jesus e agora, com 25 anos, morava em convento na capital da Baía. Ocorre que, intimamente, não estava em paz, sempre questionando ritos que precisava cumprir na religião que lhe foi dada. Tanto que, naquele claustro, chegou a traduzir os 11 primeiros capítulos *da História de Tobias* (adiante ver-se-á), que está no Antigo Testamento. Um livro proibido pelos Índices Expurgatórios dos Quinhentos, considerado pela Igreja *herético* e que foi determinante na sua condenação pela Inquisição.

Não é fácil talvez, para leitores brasileiros, ter uma ideia mais precisa do papel que teve essa Inquisição, ou de sua importância, para nossa história. Em razão do que permitam fazer o breve resumo que vem a seguir.

7. O TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO

Os primeiros prenúncios de um maior conservadorismo na Igreja se deram com o Tribunal Público Contra a Heresia, em Orleans, por volta de 1022. A partir daí o movimento dirigiu-se, depois da França, para a Espanha; quando, em 1478, o papa de Sarvona²¹ Sisto IV emitiu a bula *Exigit sinceræ devotionis affectus*,

¹⁸ Catarina de Médici, rainha consorte (a partir de 1547 e até 1559) desde a morte do marido, o rei Henrique II.

¹⁹ Coluna de madeira, ou metal, que sustentava uma bússola.

²⁰ Pedra ou madeira, comum nos altares, com figuras de anjos e outros motivos religiosos.

²¹ Só para lembrar, havia, então, naquela península, numerosos estados independentes. Unificados mais tarde, em 1852, sob regência de Vittorio Emanuele II, para formar um único país — a Itália, como hoje o conhecemos.

permitindo a instalação de um Tribunal da Inquisição em Castela. O que levou a enorme imigração de judeus e hereges, que lá viviam, para Portugal. Os mesmos que também passaram a ser perseguidos, nessa nova terra, a partir do Édito de Expulsão de 1496. Ocorre que a Inquisição instalou-se, em Portugal, só bem depois. Talvez por não demonstrar, o país, tanto poder junto à Santa Fé. Valendo lembrar que a igreja teve apenas um papa português, e bem antes, Pedro Julião Rebolo (1215–1277), nomeado João XXI e mais conhecido como Pedro Hispano.

Em 1515, o rei D. Manuel I, *O Venturoso*²², requereu um tribunal similar ao papa florentino Leão X, para cumprir compromisso que contraiu no casamento com Maria de Aragão. Sem sucesso. Depois da morte do monarca, em 1521, o trono português passou a ser ocupado por D. João III, e aquela solicitação foi reiterada ao papa do Lácio²³ Paulo III. Para dar força ao pedido, que fez em 1524, havia permitido que os cristãos-novos pudessem abandonar Portugal em paz. Novamente sem sucesso, no pleito. Mas a preparação avançava.

Em 1531, ocorreu grande sismo em Lisboa, prenúncio daquele gigantesco de 1775. Tido, pelo povo, como culpa do criptojudáismo. Sem contar que, nesse mesmo ano, decaíra o prestígio do Escrivão da Pureza²⁴, D. Miguel da Silva, bispo cortesão contrário à Inquisição. Até que o papa florentino Clemente VII²⁵ finalmente autorizou a fundação do Santo Ofício em Portugal²⁶ com a bula *Cum ad nihil magis*, publicada em 22 de outubro de 1536. Logo nomeado, como inquisidor-mor, o frei Diogo da Silva, bispo ceuta e confessor do Rei D. João III. O primeiro Livro de Denúncias, iniciado em Évora, a partir de janeiro de 1537, continuou em Lisboa, para onde se transferiu a Inquisição. Instalada no local onde hoje está o Teatro D. Maria II. Até que, a partir de 1541, foram sendo criados novos tribunais em Coimbra, Évora, Lamego e Porto. A presença espanhola em Portugal, a partir de 1580²⁷, não alterou a maneira de agir da Inquisição, que tinha grande atuação no país vizinho.

²² Ascendeu ao trono após a morte de D. João II, que não tinha herdeiros e o nomeou seu sucessor; assim conhecido, como *Venturoso*, por fazer um governo de realizações, descobrimentos, paz interna, estimulando as artes e a bem-aventurança, tudo próprio de um monarca do Renascimento.

²³ Então parte dos Estados Papais.

²⁴ Equivalente ao que hoje seria um primeiro-ministro.

²⁵ Conhecido como *O mais infeliz dos papas*; foi ele quem encomendou a Michelangelo, para a Capela Sistina, o magnífico *Juízo Final*.

²⁶ Já incluindo, no país, o nascente Brasil.

²⁷ Findaria só em 1640.

O Regimento de 1640, em um Portugal já liberto, determinava que cada tribunal do Santo Ofício deveria ter uma Bíblia; um livro de Direito Canônico; o manual dos inquisidores, *Directorium inquisitorum*, do inquisidor catalão Nicolau Aymerich; e *De catholicis institutionibus*, do bispo espanhol Diego de Simancas. O Inquisidor era considerado um *Sanctificatus Master*. Centenas de servidores lhe prestavam serviços, mantidos seus nomes em segredo. Oficiais da Inquisição, quando não faziam parte do clero, eram conhecidos como *Familiares do Santo Ofício*. Membros da nobreza exerciam enorme poder, até para efetuar prisões. Informantes eram bem recompensados, inclusive com isenção de impostos. As denúncias acabavam todas aceitas, mesmo cartas anônimas (desde que “a serviço de Deus e ao bem da fé”), simples boatos ou declarações feitas em severos interrogatórios (só não se podendo ouvir o acusado, nas sessões públicas, “mostrando sinais de torturas”).

Diferente da espanhola, que perseguia sobretudo protestantes, essa Inquisição portuguesa quase não se interessou pelos crimes de bruxaria e sodomia. Alvos em Portugal foram, sobretudo, judeus, depois de suas conversões religiosas tidos como *cristãos-novos*; presos, estes, seus bens eram confiscados e transferidos para depósito, num processo considerado *sequestro*, com base no princípio do *confisco automático* pelo Fisco. E acabavam alienados. Garantindo, para além dos emolumentos pelos serviços em nome da fé, recursos gastos nas despesas do processo (salários, visitas, viagens), afora a *parte da Coroa* (usada para manter equipamentos das frotas e despesas de guerra). Certo que posterior declaração de inocência, dos tais acusados, quase sempre correspondia a que não recuperassem aqueles bens, posto que já vendidos a terceiros. Francisco Carvalho Rosado (*A Inquisição em Cascais*) até diz serem “processos motivados mais por motivos econômicos do que propriamente por razões religiosas”.

Os poderes atribuídos aos inquisidores não tinham limites, alcançando inclusive a censura de todas as publicações ou a proibição de imprimir a Bíblia em quaisquer línguas afora o latim. Podiam prender e julgar, quando e como quisessem. Com autoridade sem limites, muitas vezes castigavam quem não merecia. Os meios de levar os presos a confessar eram reconhecidamente severos; com frequência usando-se, nos interrogatórios, torturas. Sobretudo a *cura da água* (nome piedoso para o *waterboarding*, depois com aplicação generalizada no mundo inteiro), uma simulação de afogamento; o *strappato* (ou *polê*), quando as mãos da vítima eram amarradas por trás das costas e o corpo suspenso pelos pulsos (algumas vezes com

pesos nos pés), numa roldana presa ao teto, deixando cair o corpo com violência, sem tocar o chão; e o *potro* (ou *cavalete*) em que o corpo, preso por oito cordas (duas para cada membro), acabava esticado, por manivela, sobre uma espécie de mesa de estrutura retangular, até deslocar as articulações do infeliz.

Julgamentos eram secretos, sem admissão de recursos. Com sentenças executadas em sessões públicas denominadas Autos de Fé, que se sucediam por toda parte — do Terreiro do Paço ao Terreiro do Trigo, na frente dos curtumes ou nos interiores das igrejas. Com destaque para a de São Domingues, famosa desde os tempos da Peste Negra que se espalhou pela Europa a partir do século XIV²⁸. E não foram poucos os escritores atingidos por ela todos processados, sentenciados ou presos. Com destaque para o padre António Vieira, em 1665. Consta ser de Vieira o livro *Notícias reconditas do modo de proceder a Inquisição de Portugal com os presos*, que teria sido por ele entregue ao papa romano Clemente X. E talvez não seja coincidência o fato de ter a Igreja interditado a Inquisição, entre 1674 e 1681, sem mais registros desses fatos. Mesmo na sua fase final, continuaram as perseguições; atingindo, entre outros autores famosos, António José da Silva (*O Judeu*), o padre Francisco Manuel do Nascimento (diocesano, mais conhecido por seu nome arcádico de Filinto Elísio) e Manuel Maria Barbosa du Bocage.

Penitências privadas iam de açoites a prisões (temporárias ou perpétuas). Penas mais frequentes eram confisco de bens e castigos físicos: açoitamento, condenações às galés, desterro, trabalhos forçados. Além do degredo, aplicado nos casos de blasfêmia, bruxaria, criptojudaísmo, injúria e sodomia. Homens e mulheres degredados, conhecidos como *Modestos*, no Brasil passaram a ser em maior número que os imigrantes voluntários. Nosso país acabou virando refúgio para perseguidos pela inquisição, sobretudo aqueles descendentes de judeus.

Arrependimentos eram aceitos pelos inquisidores em alguns casos, quando aquelas almas deixavam de ir para o inferno. Algo cada vez mais frequente que, desejando evitar sofrimentos físicos, quase sempre os acusados se confessavam culpados. Sentenças, nos julgamentos, eram decididas pelo voto de maioria; sendo necessário, ao menos, cinco votos, num colégio formado por três inquisidores mais advogados, promotores, notários e outros funcionários.

²⁸ Nascida junto com o comércio das especiarias que vinham, de Constantinopla, em navios infestados com pulgas e ratos.

Penas médias variavam de 5 a 10 anos; mas milhares morreram, nas prisões, à espera de julgamento.

Condenados eram divididos entre *Reconciliados* — aqueles que, depois das penitências, voltavam a frequentar a Igreja, explicitando o domínio da fé sobre a heresia; e *Relaxados* — condenados que eram, com frequência, executados. Todos obrigados a usar um *Hábito Penitencial*, chamado *Sambenito*, com imagens de fogo que variavam: chamas para cima, no caso dos *Reconciliados*; e para baixo, no caso dos *Relaxados*, com a pena de morte se dando por garrote ou na fogueira. Apenas entre 1543 e 1684 foram condenados, em Portugal, 19.247 infiéis, dos quais 1.379 acabaram executados. Só não seria função do Santo Ofício punir crimes comuns, como homicídio ou roubo, que continuaram permanecendo responsabilidade da Justiça Secular. Ao Santo Ofício cabia, somente, os considerados heréticos.

8. A INQUISIÇÃO E O BRASIL

A partir de 1560, a Inquisição estendeu seu poder a todos os territórios ultramarinos portugueses. Especialmente colônias africanas, como terras de Goa (Índia), e o Brasil — lugares onde foi tão atuante como em sua sede europeia. Mesmo não chegando, o Santo Ofício, a criar Tribunais de Inquisição fora de Portugal. Responsável pelos processos, nessas outras terras, era o Tribunal de Lisboa. No Brasil, tudo se operava com visitas de missionários Jesuítas que tinham o dever de fazer inspeção para observância da fé e dos bons costumes. Primeira expedição de Visitadores, a nosso país, ocorreu em 1591 e 1595 — envolvendo Paraíba, Pernambuco e Bahia.

Visitadores, ao chegar, concediam 30 dias para que os moradores locais apresentassem denúncias ou se declarassem arrependidos. Eram fixados, nas portas das igrejas, *Monitórios* com informações detalhadas sobre os crimes que deveriam ser denunciados — bigamia, blasfêmia, feitiçaria, islamismo, protestantismo, sodomia, solicitação (assédio), quaisquer outros atos que ofendessem a fé cristã e, sobretudo, judaísmo²⁹. Além de vários *Éditos*, pelos quais os visitadores obtinham informações que pudessem fundamentar seus processos. Entre eles,

²⁹ “Monitório do Inquisidor Geral, per que manda a todas as pessoas que souberem d’outras, que forem culpadas no crime de heresia, e apostasia, o venhão denunciar em termo de trinta dias”. E “se alguas pessoas, ou pessoa, tem livros, e escrituras, para fazer os ditos cercos, e invenções dos diabos, como dito he, ou outros algus livros, ou livro, reprovados pela Sancta Madre Igreja”.

sobretudo, *Éditos de Graça*, listando uma série de heresias que poderiam ser confessadas pelos habitantes locais; e *Éditos de Fé*, com descrição de práticas heréticas que deveriam ser denunciadas. Em todos os casos, prevendo penas brandas para os acusados. Sendo comum que os locais aproveitassem esse tempo, concedido pelos *Éditos*, para fazer confissões espontâneas; evitando, assim, os riscos de excomunhão ou confisco de bens. Essas confissões se processavam perante o Visitador — na Bahia, por vezes, com a presença também de autoridades locais, como o bispo António Barreiros; o provincial dos jesuítas, Marçal Beliarte; e o reitor do colégio jesuíta, padre Fernão Cardim. Devendo ser dito, ao confessor, “tudo o que souberem de vista ou de ouvida, que qualquer pessoa tenha feito, dito ou cometido contra a nossa Santa Fé Católica”, sob pena de “excomunhão maior”.

A Inquisição, pouco a pouco, ganhou autonomia em terras brasileiras. Denúncias eram enviadas, pelos missionários jesuítas, diretamente ao Tribunal de Lisboa. E, depois de analisadas, retornavam para, fosse o caso, a expedição dos correspondentes mandatos de encarceramento. O que ocorreu só poucas vezes. Que as mais importantes e numerosas prisões continuaram sendo feitas por Visitadores, membros do clero locais, comissários e familiares, sem nenhum critério ou limite, ausentes quaisquer determinações de além-mar. E, tudo, com a complacência da Coroa. Só em Pernambuco, estima-se (não há documentos oficiais, para atestar os números exatos) terem ocorrido cerca de 700 denúncias e 200 prisões.

Essas perseguições perduraram até quando chegou ao poder o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, depois secretário do Reino³⁰, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Foi ele quem aboliu a escravatura, em 1761 (mas só no Portugal continental, sem se estender ao Brasil e outros domínios portugueses). E impôs, em 1774, o Estatuto do Tribunal da Coroa — suprimindo processos sigilosos, torturas, excomunhão com uma única testemunha, bem como a inabilitação dos condenados, não mais se devendo fazer distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos. Passando o Santo Ofício, a partir de então, a ser considerado apenas como um tribunal régio e nada mais. Afinal extinto, em 1821, às vésperas da Independência do Brasil.

³⁰ Correspondente a um primeiro-ministro.

9. BARTOLOMEU FRAGOSO E A INQUISIÇÃO

Quando veio ao Estado do Brazil³¹ o Visitador do Santo Ofício Heitor Furtado de Mendonça instalou-se, na sociedade local, um clima de angústia e pavor. Ao longo dessa visitação, muitos dos habitantes, em sua maioria cristãos-novos, foram denunciados ou confessaram seus pecados, e acabaram sofrendo penas duras. Às casas de morada do Visitador chegou, inclusive, Bartolomeu, para se autodenunciar. Com a intenção de ter os benefícios indicados nos *Éditos*, por estar “dentro do *Tempo da Graça*” — o prazo de um mês posterior à chegada do Visitador do Santo Ofício, como vimos. “E por dizer que queria confessar sua culpa, recebeu o juramento dos Santos Evangelhos, em que pôs sua mão direita, sob cargo de prometer confessar a verdade”. A Bartolomeu “foi logo perguntado pela doutrina cristã e disse o credo e o padre nosso”. E, ali, “fez confissão inteira e verdadeira, mas antes negou e calou, as ditas blasfêmias com certeza, mantendo, ainda, sua palavra, mas não disse quando blasfemou”. Razão pela qual não teve, nesse processo, a mesma sorte daquele primeiro — segundo os códigos da época, em razão de serem “as denúncias que sofreu provas suficientes de incidir no crime de heresia”.

Bartolomeu se viu novamente réu, em processo que contra ele foi instaurado pela inquisição. De um primeiro processo, pelo crime de leitura proibida, foi absolvido (já se falou disso). Mas, agora, não teria tanta sorte. Na abertura, vemos denúncias de dois colegas do curso de Mestre em Artes, ambos com 25 anos e autodeclarados cristãos-velhos: Júlio Pereira, mestiço, natural de S. Tomé, filho de André Gomes Pereira e Domingas Pessoa, que o acusou de fazer uso frequente de expressões heréticas; e Bartolomeu Madeira de Sá, natural da Ilha de Palma, filho de Pedro Madeira e Inês de Sá, que o acusou de proceder como cristão-novo. Sendo essas denúncias confirmadas por certo Domingos Pires, este no processo sem maiores indicações de quem seria.

Os três colegas ainda relataram fato ocorrido no curso de Artes, do colégio da Companhia. Uma discussão que teve em “matéria que então se lia”, com relação ao cálculo “da circunferência e do diâmetro da Terra”. Bartolomeu considerou incorretos os números apresentados por seu mestre e indicou outros com “palavras de escândalo”; dizendo, em 20 de agosto desse mesmo ano, “Tão certo

³¹ Assim escrevia-se, naquele tempo.

estou nestas contas que, dado caso que cá viesse Cristo e me dissesse não ser assim, cuido não daria crédito a mo dizer”. Mesmo advertido, ainda repetiria aquela “blasfêmia herética”. Sem indicações, no processo, de qual seria a conta certa, se a do professor ou a de Bartolomeu. Mais tarde, perante o Visitador, reconheceu que as palavras ditas por ele, sobre a “conta da circunferência e do diâmetro da terra”, haviam sido mais duras do que antes admitira em mesa.

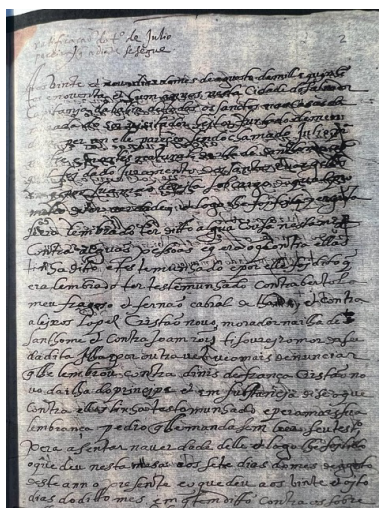


Figura 2. Início do processo de Bartolomeu fragoso

Ainda com relação àquela viagem ao Brasil, foi censurado Bartolomeu porque “não veio denunciar, no devido tempo, outras pessoas que sabia terem comunicação com luteranos em suas ações”. Posto haver reconhecido que, ainda em viagem e no momento das rezas, “subia de baixo para cima, e se punha com os ditos luteranos, assentado e desbarretado como eles estavam”, mesmo com os franceses rezando em francês ou em latim, línguas que não entendia. Na sua defesa referiu que, secretamente, rezava “orações cristãs e nunca teve a crença dos ditos luteranos”, comparecendo a tais rezas apenas “por medo de espancamento”. Que os franceses “chamavam e constrangiam a ir ali, todos”. E seguia o exemplo do velho marinheiro Gil Rodrigues, capitão do navio; de um seu irmão; e de outros marinheiros portugueses que o faziam por medo “e sem intenção luterana”. Apesar de tudo se vê, no processo, ter “o réu confessado sua desonestidade com ofensa de Deus”.

Ocorre que o Visitador deu provas de dura intransigência, contraditória com a relativa paz que por aqui havia nos anos que precederam sua chegada. Talvez porque, agora, sentia-se mais claramente os crescentes perigos judaizantes, huguenotes e idolátricos. Tanto que foram por ele perseguidos bígamos, blasfemos, sodomitas, praticantes da fornicação, e sempre muito duramente. Razão pela qual, neste mesmo ano de 1592, suas vítimas tentaram (sem sucesso) matá-lo por arcabuz.

Problema, para Bartolomeu, é que a aceitação de suas confissões feitas “em mesa”, por confiar na garantia da *Graça*, dependia da “sinceridade” do penitente. O que não se dava, no caso, pelo menos ante os olhos do Visitador. Permanecendo as suspeitas de haver mentido ao não declarar, perante seus acusadores, o fato de ser cristão-novo. Fosse pouco, também foi chamado à mesa o padre Dom Bento, natural de Tomar, 40 anos e sacristão da Sé da Baía, que confirmou essa denúncia; ainda lembrando que o tio Gaspar, em Tomar, sempre foi tido por cristão-novo.

O Visitador, recebida sua confissão, ainda relatou algumas outras faltas. Como não haver denunciado que certo dia, indo para um encontro “desonesto”, teria dito que haveria de fazer tal “desonestidade” e que nem Deus “lha não havia de tolher”. O que a rigor não teve maior repercussão, no Processo. Posto que o Santo Ofício cuidava somente das heresias. Longe de seu raio *conversões desonestas, pecados da carne* ou atentados contra a *castidade*. Mesmo quando praticados por quem vestia hábitos clericais, como ele.

10. HISTÓRIA DE TOBIAS

Também ocupou grande espaço, no processo, a *História de Tobias* — narrativa de origem popular que evocava a trajetória de uma família israelita, no exílio, em busca de sucesso e riqueza. Algo bastante comum, no Brasil dos primeiros tempos, era o costume de, nas festas populares, fazer comemorações com declamação de sonetos e leitura de obras. Dando-se que o mordomo da festa de Nossa Senhora de Ajuda, o cristão-novo Manuel de Paredes, pediu a Bartolomeu “que lhe fizesse alguma obra; e para ele, réu, pareceu que a *História de Tobias* era conveniente, razão pela qual se determinou a traduzir”. Como revela o próprio Bartolomeu, estava “preparando

por um metro³² a *História de Tobias*, para que o traduzira por ser mais fácil a fazer da prosa que do latim”. Mesmo depois reconhecendo ser “tido por muito grande engano”, assim são definidos “os onze capítulos de Tobias que o Réu traduziu do latim em linguagem não da Bíblia luterana”.

Apesar disso Bartolomeu confessou a culpa que teve ao guardar tal tradução em “letras de pena, do *Livro de Tobias*, do Antigo Testamento, até o onzeno capítulo inclusive”. A ele foi mostrado caderno seu, como prova. Explicou que havia sido escrito por Lopes Delgado, casado, do Porto, capitão na Ilha de Itamaracá. Lopes ia escrevendo à medida em que ele ia traduzindo. Na intenção de traduzir todo o livro “para depois ir compondo o metro português”. O que lhe pareceu ser lícito, “por ver que em alguns olhos se representarão passos da escrita portuguesa”. Ainda indicou que pensava pedir, antes da apresentação, todas as licenças necessárias; e mostrar essa obra, perante o público, só depois de acabada. Seja como for, segundo tal processo, “Livros e papéis do Réu (apreendidos quando preso pelo Santo Ofício) estão traduzidos em linguagem portuguesa, os primeiros capítulos da *História de Tobias*, contra a Bíblia, com letra do Réu”, fazendo-o incorrer “em graves penas”. Por fim, perguntado pelo Visitador, negou ter em seu poder a Bíblia em *linguagem* cujas posse e leitura eram vedadas.

11. DIANA

Outro *delito* confessado por Bartolomeu Fragoso, ao Visitador, foi ter lido um livro defeso, *Diana de Monte Maior*, do poeta e músico português Jorge de Montemor³³, obra e autor condenados pelos Índices Expurgatórios (*Index librorum prohibitorum*). E também, mesmo tendo aprovação formal do Frei Manuel da Veiga, pelo *Index* português de 1581 — organizado por D. Jorge de Almeida, Arcebispo de Lisboa e Inquisidor Geral³⁴. Em meio a outras obras “lascivas e obscuras”, previstas na regra VII do índice dos livros proibidos pelo Concílio de Trento (1545) como *La Celestina*, do judeu espanhol Fernando de Rojas; *Orlando furioso*, do italiano Ludovico Ariosto; e *História da menina e moça*, primeira novena pastoril da Península Ibérica, do português Bernardim Ribeiro. Tratava-se,

³² Medição de versos, também conhecida como métrica ou versificação.

³³ Na Espanha, Monte Mayor.

³⁴ Curiosamente, uma regra não observada pelo *Index espanhol* de 1583.

provavelmente, de *Los siete libros de la Diana*, editado em Valência (1558/1559) ou Lisboa (1565), e vendido em casa do livreiro Francisco Grapheo. Entre os casos relatados, no livro I, destaque para “La hermosa Selvagia”.

Ter lido esse livro, bom lembrar, não era uma acusação restrita a Bartolomeu. Por se tratar de publicação bastante divulgada, à época, segundo Sheila Hue (*Bartolomeu Fragoso e Jorge de Montemor: poesia e censura*), hoje se conhecendo 16 edições do século XVI e 32 até o século XVII, sem esquecer suas traduções³⁵. Tratava-se, em bom rigor, de obra popular no Brasil. Tanto que também confessaram ao Visitador ter lido esse mesmo livro, *Diana*, o jovem Domingos Gomes Pimentel, filho de um lavrador; Nuno Fernandes, filho de um mercador; e Paula de Sequeira, mulher do contador da Fazenda Real. Bartolomeu Fragoso era um dos frequentadores habituais da casa dessa tal Paula de Sequeira; e explicou que deixava de entregar seu exemplar, “em mesa” do Inquisidor, dado ter sido por ele inteiramente destruído à medida em que o ia lendo, página por página. Sendo arrestada como está, nos autos, apenas uma “Folha do livro proibido chamado Diana”. Mas não ficaram por aí, as confissões de Bartolomeu; que, com o tempo, ainda foi “lançando sua memória” e acrescentando novas *culpas*, além das que já constavam do processo.

12. A PRISÃO DE BARTOLOMEU FRAGOSO

O interrogatório de Bartolomeu Fragoso começou em 8 de janeiro de 1592 e findou já no dia seguinte. Depois de “admoestado com muita caridade” (indicativo genérico, usualmente usado para indicar torturas praticadas pelo Santo Ofício), é determinada sua prisão, sendo entregue ao alcaide do cárcere. Na preparação da sentença vemos, também, declaração do Digitador do Santo Ofício, confirmada pelos censores, de que “foram vistos os custos”, havendo “prova de todos os papéis juntados” — seus poemas. Logo se determinando “seja preso o réu, Bartolomeu Fragoso, ante a qualidade de ser culpado”. Constando, em seguida, já ter sido ele entregue “ao cárcere do Santo Ofício”. Tudo estranho, contraditório e bastante raro, por ir francamente de encontro às garantias dadas pelos *Éditos*. Nunca se soube, com precisão, a razão desse encarceramento. Até por

³⁵ O inquisidor de Goa, Rui Sobrinho, requereu ao Santo Ofício (1585) que Portugal liberasse a leitura de *Diana* “e outras obras d’amores” — beneficiando uma população que em Goa, segundo ele, era constituída por “soldadesca e gente solta”. No que foi atendido.

vela acesa na mão, em público”. Bartolomeu Fragoso ainda “perdeu o direito de usar hábitos religiosos”. E todos os seus bens foram confiscados. Para encerrar, vieram as custas do processo, de 1.442 réis. Sem indicação de pagamento, nos autos. Após o que acabou libertado Bartolomeu Fragoso.

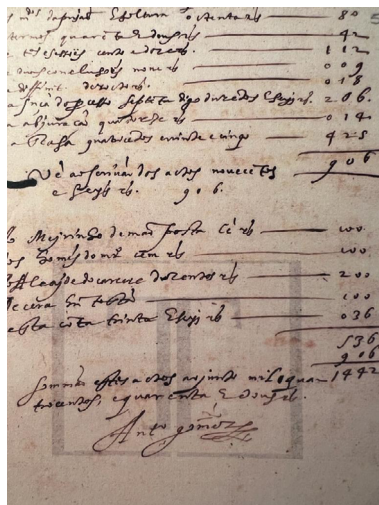


Figura 4. As contas do processo

14. A OBRA

Problema para Bartolomeu Fragoso, antes mesmo do referido processo, era obter licenças necessárias para a publicação de sua obra. Dado não ter presença de destaque, para isso, na incipiente sociedade em que vivia. A relativa popularidade que tinha, em seu meio, não se estendia às mais altas esferas. *Como conseguir?*, eis a questão. Teria, então, que obter apoios, não havia outro caminho. Primeiro candidato a tanto seria, sem dúvida, seu pai. Dado ter relações na Misericórdia e na Câmara Municipal de Lisboa — onde exercia com proclamado louvor, bom lembrar, o ofício de Escrivão. Mas, morando tão longe, pressentiu que não seria suficiente, por lhe faltar maiores relações com os censores locais. Em razão do que recorreu a alguém mais próximo, na cidade de São Salvador, para ser o seu protetor nas artes. Tratava-se de Ruy Teixeira, sem maiores indicações no processo de quem se tratava. E, para ele, dedicou seu primeiro poema, em que o define como um “senhor alto, ilustre e venerando”, ainda portador de “honra e valor”.

Mas logo percebeu ser preciso fazer isso com a mais alta eficiência possível, para que se desse ele ao esforço de convencer os censores. E assim ocorreu, a partir da sua natureza de poeta, numa espécie de antecipação do romantismo, com sonetos em louvor de suas duas filhas. “Baldaias Inconstantes”, assim está num escrito em castelhano. Com tintas de erotismo, para os padrões da época. Nos dedicados a Magdalena, destaca “graça e saber... esmaltando sua beleza”, sendo pelo amor ferido “com setas de fogo ardente”. Já nos de Beatriz, afirma ser ela “justa, digna, linda, perfeita e graciosa”.

Interpelado pelo Visitador, Bartolomeu declarou que escreveu, entre outros, um soneto em louvor de Beatriz Correia, mulher que sabia ser tida por “mundana” e “pecadora, só para agradar seu pai”. O Visitador insistiu, dado o fato de ser quem era, como poderia, então, chamá-la de “perfeita”? Respondendo Bartolomeu que “sua intenção não foi entender a perfeição sobrenatural, mas o modo de falar humano”, como via em “muitos poetas” que usavam “suas hipérboles”.

Os sonetos dedicados às irmãs Baldaia, assim declarou Bartolomeu, resultam do fato de ser bastante jovem quando os escreveu. Com o coração incandescente dos poetas, por suas Dulcineias. E disse, ainda, que cinco anos atrás “sabia menos das coisas que agora”. Isso num tempo em que havia poucas mulheres brancas, no Brasil. Tanto que o padre Manuel de Nóbrega, que participou da primeira missão de catequização nas terras de Santa Cruz, solicitou (em 1517) a seu rei, D. João III, *O Piedoso*, o envio para cá de “quaisquer mulheres”, inclusive “órfãs ou mesmo erradas”. Em todos os sonetos, podendo-se ver o estilo de Camões. Algo de resto natural, naquele tempo, dado ter largo prestígio, alcançado com *Os Lusíadas* e muitos outros poemas, sobretudo seus 211 sonetos, admirados por todos. Ocorre que os versos em louvor a essas irmãs acabaram depondo, contra Bartolomeu, por duas razões. A primeira, moral. Em tal processo inclusive, anotou o escrivão, está que “no segundo quarteto do dito soneto (*Soneto a Beatriz*) se chama perfeita, digna e justa, os quais epítetos não poderiam ser tão imperfeitos, tão indignos e tão injustos”. A segunda razão era religiosa, por conta da sensualidade que se via no próprio teor dos textos. E por tudo “foi acusado por um soneto em que o réu escreveu, com sua própria letra, em louvor à sua mulher, enamorada nesta cidade, a qual publicamente foi desonesta, mundana e pecadora, como seu confessor”.

Para piorar esse quadro, o movimento reformador luterano demonstrava, no Brasil, força crescente. E era preciso que fosse reprimido exemplarmente.

Problema para Bartolomeu é que, em todas as ditas culpas, o Réu demonstrou ser “muito descuidado das falas, todas juntas, quando comunicou os luteranos por tudo mais que dos autos consta”. Servindo, esse já referido primeiro *Soneto a Beatriz*, como prova de que seria, seu autor, simpático ao luteranismo. Sem contar, é razoável considerar, que um verso específico de seu terceto final, “atroz amigo nosso, que luteranos”, tenha contribuído para sua condenação na pena de Excomunhão Maior contra ele decretada. Por ser considerado herético. Uma acusação que incluía a “Duplicação da blasfêmia” e uma “comunicação dos luteranos”, já que “não basta o bom coração cristão, com obras exteriores, mostrar luz verdadeira cristã. E, outrossim, quando disse as ditas blasfêmias”. Ainda que o Réu diga se comunicar “com os luteranos era com medo de o espancarem, e que nunca acreditou em seus erros luteranos, mas sempre a fé em seu coração”. Razão pela qual “essas culpas todas, e outras... provavam muito sem embargo das desculpas”. Pior, “nunca se desdisse o Réu, no tempo da Graça, dizendo de sua culpa”. Encontrando-se ainda, em meio aos papéis de Bartolomeu, o esboço de um romance, em tom humorístico, com essa didascália³⁷: “Sendo-me dito que as Baldaias se queriam ir outra vez pera Portugal, lhe fis estas mostrando-lhes nelas debuxados (desenhados, retratados) os grandes e peligrosos socessos do mar, e seus desvios, crueldades, ajuntando-lhe algumas boas sentenças de philosophos”. Sem registros desse esboço, nos autos do processo.

A obra literária de Bartolomeu Fragoso sofreu as consequências dos caminhos de seu autor. Com certeza, tinha com ele um bom conjunto dos tais poemas, já conhecidos por numerosos leitores. O próprio Visitador declarou, em despacho de 8 de janeiro de 1592, ser Bartolomeu um “poeta localmente reconhecido”. Até porque, se assim não fosse, jamais o teriam processado. Como era preciso licenças para publicar livros, depois do processo, perdeu as derradeiras esperanças de consegui-las. Sem contar que Ruy Teixeira, seu protetor, havia já partido para Portugal. E tudo que se sabe, do que escreveu, é o que resta hoje (ainda em bom estado) na Torre do Tombo, o grande arquivo nacional português que fica em Lisboa. Para sorte de Bartolomeu sendo anexados ao referido processo, pelo meirinho do Santo Ofício e seus oficiais, sete sonetos e uma Ode.

O resto ter-se-á perdido, talvez por não servirem a uma condenação; e, certamente por isso, não ganhou maior reconhecimento a sua poesia. Deixando de ter

³⁷ Instrução, com indicações cênicas, que os autores dão aos atores.

influência mais notável em outros poetas, como consequência, que lhe foram contemporâneos ou posteriores. Mesmo quando revelasse, o que é importante, um alto sentimento de brasilidade. Bartolomeu Fragoso mereceu a honra e o infortúnio de ser o primeiro condenado, marcado pelo estigma infamante da Inquisição, em terras do Brasil.

15. O TRISTE FIM DE BARTOLOMEU FRAGOSO

Assim se contou a história de Bartolomeu Fragoso³⁸. Cabendo-me agora o papel de estudar mais detalhadamente, na Torre do Tombo, o processo da Inquisição que sofreu e pelo qual foi condenado. Um caminho penoso esse de, hoje, estudar processos da Inquisição. Especialmente em decorrência da recente proibição de “documentos virem à mesa de leitura”³⁹. E o fiz para trazer informações dos caminhos que percorreu e a vida que teve por aqui — especialmente para tornar públicos seus poemas, até agora desconhecidos, já vertidos em um português que se possa compreender nos dias de hoje

Importante, nesse caso, é que a obra de Bento Teixeira tem data certa — 1601; enquanto a de Bartolomeu Fragoso, bem anterior, é de entre 1579 e 1592, tudo como se pode ver na sentença que o condenou, publicada em 26 de janeiro deste último ano. E creio que terá valido a pena esta releitura do papel que teve, entre nós, por se tratar de algo muito relevante para a literatura brasileira. Mudando um marco, até aqui generalizadamente aceito, de atribuir essa primazia a Bento Teixeira — por conta de poema bem posterior, no tempo, aos de Bartolomeu Fragoso. Fique o registro, pois. Reconhecendo uma precedência indiscutível e alterando esse fato, nos apontamentos sobre nossa história. Assim se contando, a partir de suas próprias palavras no processo, a melancólica trajetória de Bartolomeu Fragoso, primeiro poeta do Brasil.

³⁸ Não se trata de uma descoberta pessoal. Antes, refira-se o historiador Victor Eleutério, em breve texto na revista Magazine do Diário de Notícias (n.º 6, 05/07/1992) — *Inquisição amordaça o primeiro poeta do Brasil*. Também dele, no Caderno 1 (19/07/1992) do mesmo jornal, *Uma vítima da inquisição por terras do Brasil e Denúncias no Santo Ofício contra Bartolomeu Fragoso*. A seguir Pedro Vilas Boas Tavares, com tese na Universidade do Porto (2004), *Poesia na Baía quinhentista: os desconhecidos versos de Bartolomeu Fragoso*. Além de Sheila Hue (*op. cit.* 2022, Clepul); e ainda, em torno do tema, *Confissões da Bahia*, organização de Ronaldo Vainfas (Torre do Tombo ANTT.IL, processo 10.423).

³⁹ O que faz lembrar régio Decreto de Dom João IV (31 de maio de 1644) que determinou serem, “Os papéis da Torre de Tombo, incomunicáveis”..., “exceto ao Chronista-Mor (Historiador) do Reino”.

16. APÊNDICE: OS POEMAS

No processo da Inquisição contra Bartolomeu Fragoso, aqui já citado e hoje na Torre do Tombo (Lisboa), estão seus poemas. Prova de terem efetivamente circulado, entre leitores, tanto que chegaram às mãos dos inquisidores. Primeiro soneto foi aquele dedicado a Ruy Teixeira, na esperança de que pudesse apoiar a edição de sua obra. É esse:

Soneto ao mui nobre e generoso Senhor Ruy Teixeira

*Senhor alto, Ilustre e Venerando
Dever, honra, valor e gram sentido,
Memória, claro engenho, a vós devido
E saber, arte, saber e o bom fado*

*Nesta minha obra néscia, desenhado
O mal do mar vereis, que embravecido
Se mostra, e o sucesso mui temido,
Tempestades, com perigo procelado*

*E por não achar, aqui outro, quer ser
Emenda lhe possa dar, onde error
Tiver, no-la quis mandar sem mais detença*

*Agora vos peço, vos favorecer
A queirais com favor puro, grande honor
Que liberta possa andar sem mal, ofensa.*

Mas apenas um soneto não seria suficiente para agradar seu protetor, assim lhe pareceu. Seria preciso ainda incluir, nesse rol, as duas filhas do tal Ruy. E foi o que fez. Primeiro em relação a Magdalena, com dois sonetos. A ver:

Soneto a Magdalena

*Magdalena Correa, em quem a natureza
Andou com perfeição, formosura,
Graça, saber, aviso e a arte pura,
Dotando e esmaltando sua beleza*

*A quem também os céus, a gentileza
Linda e bela deram sem tristura
Entende considerai a amargura
Nas trovas do mar escritas, é aspereza*

*Acabante de cuidar com nossa mente,
Cristalina no já dito tem de memória
Ou sentido, no que digo a vós, senhora*

*Retratai, em vossa mente transitória
Esta vida amarga ser, e sumamente
A glória, Inferno nos lembre cada hora.*

Outro Soneto a Magdalena

*Em quem se viu jamais haver beleza
Perfeita, e descrição, saber e arte,
Em que sempre um senão por qualquer parte
Não tivesse que tachar a natureza?*

*Em quem se viu jamais haver fineza
De prática, memória, com que mate
A todo o mundo de, e por boa arte,
Os olhos olhem brandos com viveza?
Em vós, Senhora Magdalena Correa,
Entendo, só haver tal perfeição
De saber, arte, beleza e sentido,*

*Por quem minh'alma, e vida, e coração,
Sendo pelo amor chegado e mais ferido,
Com setas de fogo ardente se derreia.*

Faltavam, agora, louvores para a outra, Beatriz. Também a ver:

Soneto a Beatriz

*Beatriz Correa dama não perosa
Resplandecente e bela mais que humana
Em Portugal nascida e lusitana,
A quem igual não há em ser formosa*

*Tão linda e tão perfeita e graciosa
Justa e digna e fresca mais que cana
Sendo de uma tal verdura sobre-humana
Ei-a verde, oh! que lírio, oh! que rosa*

*O que vos peço, aqui, que com cuidado
Revisto o mal do mundo e seus enganos
Enjeiteis a ele mau, e o Grã Satã*

*Atroz amigo nosso, que luteranos.
E a carne todos sendo larga e per mão
Todos três, e alcançareis céu descansado.*

Soneto

*Vós outros, que sabeis de mal de amores,
Ajudai-me a lamentar meu triste fado,
Tormento, desventura, pena, cuidado:
Pois sabeis, por ele, passo cem mil dores*

*A vós me remeto, a vós, oh! bons pastores,
Que por esses campos, serras, verde prado
Vos queixastes de amor cego, inflamado,
Que algum remédio me deis para favores*

*Senhora Beatriz Correa, a quem peço,
Que nisto me socorreis, tende memória
Atentando ao que aqui digo. De amor triste*

*Que por vós, e outrem, ninguém, sempre padeço
Em trevas, escuridade, sem ter glória
Eu tudo ver, que sempre viste.*

Depois desses sonetos todos, aparecem mais dois, escritos em castelhano (sem que se perceba a razão), com novos louvores às mesmas damas.

Soneto

*Se el amor de Tisbe⁴⁰, Venus en alguna,
O de Biblis, Pasiphaela⁴¹, de vós viniesse
Por cierto, Señoras mias, que moviesse
Vuestros duros corazones, o lo de una
Aquella hermosa Helena⁴², a quien Fortuna
Quis dar gran perfeccion, con que tuviese
Saber, y de hermosura matiz fuese
A que no excede tal, humana alguna*

*No fue aca neste mundo mas, que exemplo
Treslado, debuxo, retrato, de aquella
Vuestra, gracia, perfeccion y hermosura*

⁴⁰ Cidade localizada a 8 quilômetros do Rio Jaboque, onde nasceu o profeta Elias.

⁴¹ Uma das 8 luas de Júpiter.

⁴² Helena de Troia, personagem central de *Iliada* e da *Odisseia*, de Homero.

*Siendo pues vós tal, a quien yo contemplo
Com corazón sentido y el alma con que nella
Se queja me dad favor e una fe pura.*

Soneto às duas irmãs

*Por que, o mis Baldaias, inconstantes
En vuestro amor sereis, que num momento
Amor y desamor, duelo, contento
Com pena, gloria deis a los andantes?*

*Sed firmes, señoras mias, y constantes
Y no deis favor a muchos cõ intento
De adquirir dineros, sayas, porqu'es viento
Que nadie tienen de dar tales amantes*

*Pues vos, todo esto veis, y es assy,
Y teneis gracia y hermosura y perfeccion.
Saber, que em vos sobra, em my es poco*

*Vos pido que com amor, se firme a my,
Leal, constante, y puro sin ambicion
Por vuestro acepteis, y no agais loco.*

*Laus Deo*⁴³

Em seguida, uma grande Ode, em 157 quadras e uma quintilha, com certeza o que de mais expressivo há nos seus textos. Sem que se explique por que foi inteiramente transcrito no processo, esse longo poema, já que (aparentemente)

⁴³ Graças a Deus. Palavras que, usualmente, são vistas no fim de uma obra — poema ou livro. Para a Inquisição, à época, uma expressão considerada herética.

não foi determinante para a condenação do autor. Talvez, apenas, por conta de algumas poucas referências (só duas), no texto, aos luteranos.

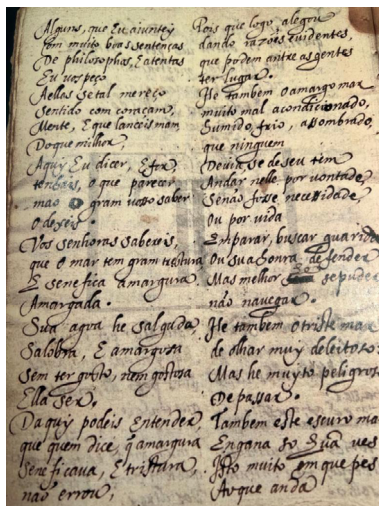


Figura 5. A grande Ode de Bartolomeu Fragoso

Antes dos versos, esta introdução:

“Sendo-me dito que as Baldaias⁴⁴ se
queiram ir outra vez para Portugal,
lhe fiz estas (os versos) mostrando-lhes,
nelas desenhadas, os grandes
E perigosos sucessos do
mar e dos desvios, cru-
eldades: juntan-
do-lhes algumas boas
Sentenças
De filó-
sofos”.

⁴⁴ Filhas de Ruy Teixeira.

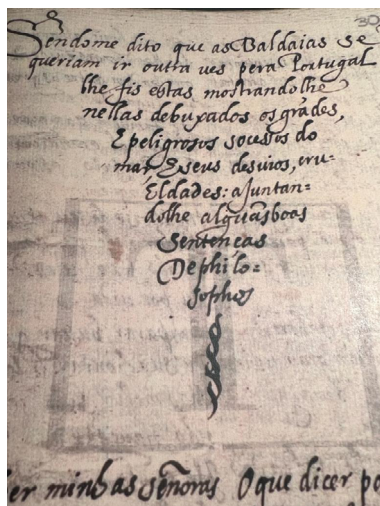


Figura 6. Introdução à grande Ode

Em seguida, o melhor da obra de Bartolomeu Fragoso. Uma espécie de advertência às irmãs indicando os “grandes perigos do mar seus desvios e suas crueldades” que iriam enfrentar, ao viajar.

ODE

*Por saber, minhas senhoras,
Se minhas, chamar vos posso,
Que no peito tendes vosso
De passar o mar e atravessar*

*O grande golfão do mar
Quis tomar atrevimento
De dizer-vos meu intento.
E conselho.*

*O que disser por espelho,
Aqui nestas ignorantes,
A vós peço diamantes,
Que tendes.*

*Ainda que já saibais
O mui grande engajamento
Que tem o mar, e tormento
Vos direi.*

*Alguns, que eu ajuntei
Com muito boas sentenças
De filósofos, e atentas
Eu vos peço.*

*A elas se tal mereço
Sentindo com coração,
Mente, e que lanceis mão,
Do que melhor.*

*Aqui eu disse, e for,
Tenhais o que parecer
Mau, o grã vosso saber
O deixeis.*

*Vós, Senhoras, o sabereis,
Que o mar tem grã tristura
E significa amargura,
Amargada.*

*Sua água é salgada,
Salobra, e amargosa
Sem ter gosto, nem gostosa
Ela ser.*

*Daqui podeis entender,
Que quem disse, que amargura
Significava, e tristura
Não errou.*

*Pois que logo alegou
Dando razões evidentes,
Que podem entre as gentes
Ter lugar.*

*É também o amargo mar
Muito mal acomodado,
Úmido, frio, assombrado
Que ninguém*

*Devia, e de seu tem
Andar nele por vontade,
Se não fosse necessidade,
Ou por vida*

*Em parar, buscar guarida
Ou sua honra defender
Mas melhor se se puder,
Não navegar.*

*É também o triste mar
De olhar mui deleitoso:
Mas é muito perigoso
De passar.*

*Também este escuro mar
Engana só uma vez,
Isto muito, em que pés,
Ao que anda*

*Em cima dele, e demanda
Ao tal, logo a vida:
Porque, outra vez, atrevida
Lhe não seja.*

*E também porque a inveja
De adquirir muita riqueza,
Não tenha, com avareza,
Usurpando*

*Mil coisas, e mais roubando,
Ainda que o não fará:
Mas, enfim, enganará
Este tal*

*Uma só vez, e seu mal,
Pois as parcas o seu fio
Cortaram deixando frio
Lamentara.*

*E assim, se não queixara
Dizendo o não passar
Nunca, nem nele andar
Se puder.*

*O mar, deveis de saber,
Que a muitos enriquece,
Também muitos empobrece
Sem ter lei.*

*De vilão, e mais do Rei,
Notai esta tal sentença,
Que ele não faz diferença,
E mais digo,*

*Que este é grande inimigo
Dos que por ele navegam
Dos que por ele entregam
Com amargura,*

*Suas vidas. É sepultura,
Enfim, dos que nele andam,
E as ondas logo os mandam
Aos peixes.*

*Agora pena, deixes
De dizer que ali os comem,
E que se logo os somem,
Sem mais nada.*

*Aonde é inquietada
Muda-se naturalmente,
O mar, com Lua, e frequente
Nisto é.*

*Também vos dou minha fé
Que não sofre ignorantes,
Preguiçosos, inconstantes:
Que convém.*

*A tudo ser muito bem,
Vivo no negociar,
Diligente em navegar
Sempre nele.*

*Releva também que nele,
Que é capa de pecadores
E refúgio de malfeitores,
Este mar,*

*Também vos sei declarar
Que ele com os viciosos
Dissimula, e perigosos
Aparelha.*

*Tormentos, com que a orelha
Estas tais mil vezes torcem,
E por mais que nela rocem,
Não quer dar.*

*Nenhum sangue, nem mandar
Também é grande inimigo
Dos covardes que o perigo
A estes tais*

*Mostra com mil sinais.
E assim digo que em má hora
Uma e outra, minha senhora,
Nele entram.*

*Aqueles que se amedrontam,
Em tempo de pelejar
Ou em tempo de navegar
São temerosos.*

*Os ventos maliciosos,
Malicioso o mar:
Porque se hão de tomar
Ao revés*

*Suas coisas, não já uma vez,
Mas cento, se alguém for
Navegando com ardor
Por suas ondas.*

*Oh! pena, não me escondas
Isto que quero contar
A, tais damas, com narrar
A falsidade.*

*Que em si nunca há verdade
Nem tua água alcança,
Porque em tempo de bonança
Tempestades.*

*Significas com crueldades
Que Netuno em ti aumenta,
E em tempo de tormenta
Favorável.*

*Bonança e mais afável
Significas, oh! amargura,
Mar amargo sem ventura
E desleal.*

*Em ti não há senão mal,
A uns, tomas afeição;
A outros, com grande paixão,
Mui cruel.*

*Demonstras, oh! infiel,
Porque a uns tu cem mil anos
Sustentarás com humanos,
Brandos ventos.*

*A outros, cem mil tormentos
Darás, roubando-lhe ainda,
Em tua água aborrecida,
E amargosa,*

*Que em tal tempo é venenosa,
Pois que logo a morte junto
Ao tal põem, e defunto
Logo o fazes.*

*Também este, umas pazes
Faz, segundo as da raposa,
Ou do lobo, e depois goza,
Se enganou.*

*Ao tal, e o matou
Entregando-o os moradores
Peixes nele habitadores,
Com tormenta.*

*Ao mar nada contenta,
Daqueles que, navegando,
Nele andam, nele ficando
Nem os ventos.*

*E os corpos com tormentos
De má vida mui cansados
Andam sempre, e com cuidados,
Afligidos.*

*Corações enfraquecidos,
Sempre estão com sobressalto
De tormenta, cada um falto
De saber.*

*O mar, deveis de entender,
Que a ninguém ele convida,
Que assim, e sua vida
Lhe entregue.*

*Ele a ninguém persegue
Com enganos e falsidades
Nem palavras de maldades
Nele entrem.*

*Mas entes, porque experimentem
E vejam ser inconstante⁴⁵
Com as águas num instante
Quer mostrar-se.
Logo o vereis inchar-se
E mostrar sua maldade,
Mostrar a monstruosidade
De pecados.*

*Também vereis que aplacados
Os ventos com lealdade
Nos mostram a profundidade
Que em si têm.*

*Nele, Senhoras⁴⁶, também
Vereis a contrariedade
Dos ventos, e a crueldade
Venenosa.*

*Também vereis alterosa
Sua costa, e braveza
De rochas e aspereza,
E vereis*

*Mil coisas muito cruéis,
Que, por não nos enfadar
A outras sem mais tardar
Passar quero.*

*Em as quais certo espero
Declarar boas sentenças
De filósofos. Atentas*

⁴⁵ Referência às “baldaias inconstantes”, assim eram conhecidas Magdalena e Beatriz — filhas de seu protetor Ruy Teixeira.

⁴⁶ Novamente, referência àquelas duas filhas de Ruy Teixeira.

*Me ouvi:
Porque declaro aqui
Serem a sereia do mar
Isto não por infamará
Tal campo.*

*Haverá quem a tal canto,
Ou metro, possa dizer
Em a terra sempre haver
Contrariedades.*

*Em que coisa há mais maldades
Contrárias, que em o mar.
Ora, atentai: que apontar
Aqui quero.*

*Sentenças, de mais espero
Distinguir tudo muito bem,
Porque não haja ninguém
Que louvar.*

*A vós, Senhoras, o mar
Possa com cem mil enganos
Dos ventos, vis, luteranos⁴⁷,
Infiéis.*

*Vós, Senhoras, sabereis
Que nos é contrário na terra
A fome, contrária à guerra,
E o frio.
Que há mister qualquer brio,*

⁴⁷ Vis ventos, como os luteranos, sendo Bartolomeu acusado de ser mais um deles. Talvez por conta de versos como esse tenha sido, a *Ode*, transcrita no tal processo da Inquisição.

*Com sede, calma e tristezas,
Febres, dores, fogo, asperezas
E inimigos,*

*Que nos põem em mil perigos,
Desditas, nojos, fadiga.
Cada qual de Vós me diga
Oh! Senhoras.*

*Se estas coisas todas horas,
Os que por ele navegam
E a navegar se entregam,
Não padecem*

*Dobradas, e lhe aborrecem,
Quando são delas tocados,
E também angustiados
E afligidos*

*Certo que muitos atrevidos
São os que à mercê do vento
Só põem com terem contento
De andarem*

*Por ele, e navegarem
A fim de ver posta
Na praia e dada à costa,
A embarcação.*

*E, também, sem remissão,
Verem na água a mui forte,
Terrível e triste morte,
Ante si.*

*Dizia Aristão⁴⁸ assim,
Filósofo eloquente,
Duas vezes, atrozmente,
Que morria*

*Aquele que ao mar cala
E que nele para morrer,
Estava, se, a saber,
Que primeiro,*

*O coração verdadeiro
Na cobiça se anegava
E que depois se afogava
O corpo na água.*

*Ora vede que tal mágoa
E dor, passa ali o triste,
Que nele, então, se reviste
Grave pena.*

*Vento, água, lhe ordena
Grandes misérias, tormentos,
E esse rouba os pensamentos
E sentido.
Fica o triste estendido,
Sem cor já, desfigurado,
Morto na água, e mais finado.
Oh cruel morte!*

Viveu, o cônsul, de tal sorte,

⁴⁸ Descendente do Rei Codro, último de Atenas e pai de Platão, por vezes grafado como Ariston.

*Fabato⁴⁹, por muitos anos,
Quem os ventos luteranos⁵⁰
Entregam-se.*

*Não queria, nem passar-se
De sua Pátria, cidade
A ver, por curiosidade,
A Messana⁵¹,*

*Cidade fresca e humana,
Tendo para a atravessar,
De mar, e mais o passar,
Pouca via.*

*E, perguntado um dia,
Por que aquelas não passavam
E também que lhe causavam,
A não ver*

*Messana, para saber
Razão dela, em toda parte
Dar, de seu modo e arte,
E desvio.
Respondeu: sempre o navio
É doido, pois que se move,
Doido, pois que se remove
O marinheiro.*

*É também, porque inteiro,
E fixo num parecer,*

⁴⁹ Um navegador.

⁵⁰ Mais uma referência aos luteranos.

⁵¹ Local onde se deu a primeira Guerra Púnica, em 265–264 a.C., entre Roma e Cartago.

*Nunca está. É, a saber,
Doida a água*

*Quebradiça em dura frágua,
Pois que sempre inquieta
Há de andar, ora inchada,
Ora mansa.*

*Pois do vento, confiança
Nenhuma se pode ter,
Pois mais doido deve ser
Por razão:*

*Que as coisas que aqui estão
Já ditas, as faz mover,
Sem nunca ele estar nem ter
Seguridade.*

*Pois isto é verdade,
E nós fugimos da terra
Dum doido e de sua guerra
E de seu mal.*

*Como quereis liberal
Me entregue tais malvados,
Quatro doidos, que arruinados,
Não têm lei.*

*A isto acrescentarei
O responso que no ofício
Dos matos está sem vício,
E direi:*

*Deus (Deus, Deus) memento mei:
Quia ventus est anima mea⁵².
Senhor de toda a Judeia
E do mundo.*

*Lembraí-vos de mim com fundo
Saber, e santa clemência
Eterno Deus competência.
Porque vento.*

*Senhor meu, estais atento,
É sempre a minha alma,
A quem vós dareis a palma
Com glória.*

*Ora olhai, tende memória,
Senhoras, e notai bem,
Que o que cada um tem
Tudo é vento.
Imprimi no pensamento
Tal sentença, como esta é,
Porque vos juro à fé
Não erreis.*

*E dela entenderéis
Que aqueles que navegam,
E a navegar se entregam
Que não são*

*Senão ventos, e que vão
Ou vêm falando nos ventos*

⁵² Trata-se da paráfrase de um responsório fúnebre medieval, como se pode comprovar de pergaminhos quatrocentistas que hoje estão na Universidade de Coimbra. Substituindo Bartolomeu o original *vita* por *anima*.

*Pondo nele os pensamentos
E o olharem.*

*E também o desejarem,
Também por ele esperam
E aqueles que o quiseram,
Dele fogem.*

*Isto, porque não se enojem,
Se porventura lhes der
Perda, trabalho tiver
O que se navega*

*Por ele, e se lhe entrega
A suas ondas e águas
Que não são mais que umas mágoas
Que o tal quis.*

*Plutarco⁵³ conta e diz
Do filósofo prudente,
Athalo⁵⁴, mui eloquente,
Como morasse*

*Em Esparta, e passasse
Num rio, pela metade
De toda essa cidade
Nunca haver*

*O quis passar, por não ser
Compreendido em tal pieguice,*

⁵³ Historiador e filósofo grego.

⁵⁴ Rei grego.

*Ou por bem dizer, doidice,
Em sua vida,*

*Dizendo uma esclarecida
Sentença: que Deus fizera*

*A Terra e a compusera
Para a gente.*

*Oh! sentença eloquente,
E que agora para pescados
Fora feita, e criados
Os ares foram*

*Para pássaros, em que moram,
Sempre por ele voando,
Diversos cantos cantando,
E dizia
Às vezes, com zombaria,
Esse filósofo, tal
Sentença mui divinal
E prudente:*

*Quando eu vir vivazmente
Por terra peixes andar,
Eu irei sem mais tardar
Pelo mundo,*

*Cortando esse pego fundo
Que significa tristura
Amargosa, e amargura,
Agonia.*

*Também o Senhor dizia:
Marco Pórcio⁵⁵ estando
Da vida o fio largando,
Quem, no mais*

*De três coisas mui mortais,
Os deuses tinham ofendido
Enquanto fortalecido
De vida estava,*

*E assim se explicava
Em deixar passar um dia
Sem fazer, como fazia,
Algun bem,
À República, e também
Em descobrir, mui secreto,
Um segredo, e encoberto,
Sem cuidar,*

*A sua mulher e dar
De todo grã relação
Mostrando-lhe o coração
E seu peito:*

*Em também andar sujeito
Aos ventos, navegando
Pelo mar, nele ficando
Alguns anos,*

*Podendo, sem nenhuns danos,
Pela terra caminhar.
Mas quem pode adivinhar
Tudo isso ser?*

⁵⁵ Marcus Portius Catus, cônsul e escritor romano.

*Trópilo⁵⁶, que artes e ser,
Aprendeu com grã Platão,
Filósofo, douto varão,
Logo mandou,*

*Nas casas que ele herdou,
Cerrar todas as janelas
Mui formosas e mui belas,
Que caíam*

*Para o mar, donde se viam
Dele as amargas águas
Que rebentam pelas fráguas,
Penedia,*

*Praias. Perguntando um dia,
De muitos, por que fazia
Aquilo que mandava, sem ser
Agravado*

*Do mar, ou dele afrontado.
Respondeu que por não ver
Ao dito. E por não ter
De entrar*

*Desejos nele, cerrar
Suas janelas mandara
Porque o mestre lhes contara:
Exercício*

*Ser mais de doidos que o ofício
De filósofos prudentes,*

⁵⁶ Grego, sem maiores indicações de quem poderia ser.

*Sábios varões eloquentes,
Navegar,*

*Não quer o Lívio⁵⁷ negar,
Mas antes, afirma muito,*

*Que seu pouco muito fruto
Alcançou
Com honra, que acrescentou
Sendo muito bem fortunado
Pela terra, o grande Estado
Dos Romanos.*

*Mas depois, com desumanos
Sucessos, desventurado,
Sempre foi angustiado
Esse tal,*

*Que quanto foi divinal
E de todo pela terra,
Tanto mofino com guerra
Pelo mar,*

*Foi triste, que infamar
A Roma como infamava,
Que o mundo senhoreava,
Ele quis.*

*Também se conta e diz,
Que quando se determinou
De mandar, mandou,
O Senado*

⁵⁷ Titus Livius, autor da grande história de Roma *Al urbe condita* (desde a fundação da cidade).

*Conquistar com grã cuidado
A sai, para esse efeito
Mandou o cônsul eleito,
Gneo Fabricio⁵⁸,*

*Tomasse a cargo e ofício
Fazer uma monstruosa
Armada, frota formosa,
Assoberbada.*

*Disse, com voz levantada
O cônsul Fábio Torquato⁵⁹
De qualquer bem muito grato,
E amador*

*Da República, que ardor
Em tudo, sempre mostrava
E nela nunca falava:
Ressoem*

*Minhas palavras que movem
Aos homens, que mortais
São, dando gritos e ais,
Altamente,*

*E os deuses sumamente
Me ouvem, a quem invoco,
E para isto provoco
Mui leal,*

⁵⁸ Gneus Fabricius Luscinius, conhecido como Monocular (de um olho só), cônsul de Roma.

⁵⁹ Publius Fannius Torquatus Angelus, cônsul de Roma.

*E não quero ser em tal
Conselho, se a saber
O que afama, glória, ser,
Que ganhou*

*Nossa Roma, e ajuntou
Com mui próspera ventura
Por terra, agora amargura
Inconstante.*

*Domar ondas num instante,
Senhores, vos aponhais,
Nem a ele as cometais,
Que fortuna*

*Fora da onda Neptuna⁶⁰
Com os homens é pelejar
Mas, contudo, desejar
Com os ventos*

*Tomar-se de pensamentos
Vãos, vos digo que isto é
E certifico à boa-fé
Que é doidice.*

*No metro, que houver pieguice
Se me quereis agradar
Podeis, damas, emendar
Sem diferença*

⁶⁰ Netuno, deus do mar, em Roma corresponde a Poseidon. Filho de Cronos, com seu tridente causava maremotos (como o de Lisboa, em 1755).

*Daqui tirais a sentença,
Que a vós mais contentar,
E deveis de atentar
Considerando
Cada coisa, e meditando,
Se disto gostar quereis,
E assim escolhereis
O melhor.
Enjeitareis o pior,
Outra vez a poesia
Que contou, disse, e diria,
Se enfadada,*

*Não estivesse, e cansada
De dizer, minhas senhoras,
As tormentas todas horas
Incendidas*

*Nele, e as afligidas
Ondas, águas, e o mais,
Mas enfim, vos outorgais
O perdão*

*A este a quem coração,
Memória, sentido, mente,
Roubaste tão cruelmente
Num momento.*

*Acabando isto, é vento,
E não bem fixo, seguro,
Com boa fé, amor puro.
E vós, mão.*

*Dos sonetos que estão
No princípio desta obra
Donde a maldade sobra,
Não lanceis:*

*Mas conselho tomareis.
Dos dois que estão desviados
Que deviam ser primeiros,
Mas enfim.*

*Senhoras, tendes aqui
Coisas com que proveitar
Vós podeis, e meditar
Se quiserdes.*

*Quando tudo isto lerdas,
Não digais que importuno
Fui, pois que o mar Netuno
Sempre o é.*

*Oh! pena, não sei por que
Enfadas a tais pastoras.
Depressa dize, Senhoras,
Que emenda.*

*Mas não seja quem depois
Se a pena, língua ou mão
Ou senão meu coração?
Ou sentido.*

*Concluo: que já cumprido
Nisto sou: mas, curiosidade
De dizer mais, e a vontade
Me obrigam.*

*Mas contudo, inda que digam
Ser cruel e desumano,
Mais quero, eu lusitano,
Peloirar.*

*Depreendendo o desejar,
E as mãos, de gentileza
Ornadas, com branca alveza,
Vos beijo, e querem beijar
Coração, alma. Oh, Beleza!*

Laus Deo

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023

COMUNICAÇÃO RECEBIDA A 12 DE DEZEMBRO DE 2023